



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 13 de dezembro de 2011

AMAZONAS EM TEMPO PIM fatura US\$ 34.287 bilhões de janeiro a outubro de 2011 1 VEICULAÇÃO LOCAL	1
AMAZONAS EM TEMPO Governo vai adotar medidas para barrar a entrada de importados no polo local 2 VEICULAÇÃO LOCAL	2
DIÁRIO DO AMAZONAS Setor industrial em Manaus atinge o segundo maior faturamento do ano 3 VEICULAÇÃO LOCAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO Governo aceita elevar contribuição para a previdência do funcionalismo 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O GLOBO Código Florestal pode afetar obra urbana 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
CORREIO BRAZILIENSE Disputa pelo espólio musical 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
G-1 Faturamento do Polo Industrial de Manaus chega a US\$ 34,287 bilhões 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR Renúncia fiscal em alta traz riscos..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR Novo IPI para carros chega sem 'compensações' 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
BRASIL ECONÔMICO-SP Governo insiste em PIB de 5% em 2012, mas mercado desconfia 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	12

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO PIM fatura US\$ 34.287 bilhões de janeiro a outubro de 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O mês de outubro foi bastante positivo para as indústrias instaladas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. Nesse mês, o **PIM** teve o seu segundo melhor valor de faturamento mensal no ano, bem como registrou o segundo melhor resultado em mão-de-obra empregada e o maior valor de exportações de 2011.

No acumulado de janeiro a outubro deste ano, o **PIM** apresentou um faturamento global de US\$ 34.287 bilhões, o que representa um crescimento de 20,16% em relação ao mesmo período do ano passado.

Especificamente no mês de outubro, o faturamento das indústrias instaladas no polo foi de US\$ 3.677 bilhões, inferior apenas ao faturamento registrado no mês de agosto (US\$ 3.929 bilhões).

Ao final do mês de outubro, o Polo Industrial de **Manaus** registrou uma mão-de-obra empregada de 125.409 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados, resultado inferior apenas ao número contabilizado de 126.191 trabalhadores no mês de setembro.

Com os dados do mês de outubro, a média mensal de empregos em 2011 passou a ser de 118.842 trabalhadores, o que indica que o polo está gerando neste ano, em média, aproximadamente quinze mil postos de trabalho a mais do que no ano passado.

Todos os 21 subsetores industriais do **PIM** pesquisados mensalmente pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** apresentaram alta no faturamento obtido até outubro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Os maiores destaques foram o segmento Eletroeletrônico (incluindo Bens de Informática), que no balanço de janeiro a outubro registrou faturamento de US\$ 15.121 bilhões e crescimento de 18,33%, e o polo de Duas Rodas, com faturamento de US\$ 7.402 bilhões e crescimento de 27,49%.

Segundo o **Superintendente** adjunto de Projetos da **Suframa**, Oldemar Ianck, outro indicador que deve ser destacado são os investimentos líquidos produtivos realizados pelas empresas do **PIM**, os quais, no período de janeiro a outubro de 2011, já chegaram ao montante de US\$ 10,9 bilhões.

“O Polo Industrial de **Manaus** vem tendo um ano bastante positivo, com indicadores recordes de faturamento, empregos e investimentos produtivos. Devemos destacar, sobretudo, a excelente recuperação do Polo de Duas Rodas, que vem apresentando resultados semelhantes a 2008, ano em que teve o melhor desempenho em produção e vendas em sua trajetória no **PIM**”, disse Ianck.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai adotar medidas para barrar a entrada de <u>importados</u> no polo local		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Os clamores para que o governo adote medidas protecionistas em relação à produção nacional contra o ‘assédio’ da concorrência chinesa começam a surtir efeitos. Autoridades do governo do Amazonas se declararam a favor da demanda dos empresários e prometem trabalhar para evitar que o parque fabril local seja afetado pelos produtos importados.

O novo titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, afirmou que é favorável à adoção de barreiras protecionistas que preservem a competitividade das fábricas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) diante da “invasão” dos produtos vindos da China.

“Sou a favor de uma política inteligente que estimule a competição, mas que proteja quando ela for predatória”, enfatiza, ao ressaltar que a proteção do polo industrial será uma de suas principais preocupações quando assumir o comando da autarquia, em janeiro de 2012.

Segundo o Superintendente em exercício da Suframa, Oldemar Ianck, o governo tomou providências para proteger a produção, por exemplo, de condicionadores de ar split quando fez a revisão das alíquotas de importação desses produtos.

A concorrência desleal dos produtos chineses levou vários segmentos que atuam no polo industrial a buscar

‘socorro’ do Governo Federal na tentativa de manter as vantagens comparativas que garantem a competitividade, os investimentos e os empregos gerados pelas fábricas instaladas em Manaus.

Do polo eletroeletrônico ao de duas rodas, os empresários se movimentam para pressionar o governo e os políticos da bancada amazonense no Congresso Nacional para elevar as taxas de importação como forma de proteger o produto nacional.

“Todos os setores têm nos procurado e cada um deles tem uma situação diferente. O Ministério sempre está disponível para auxiliar esses setores na defesa da indústria nacional”, afirma o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees-AM), Wilson Périco, qualquer apoio do governo é bem-vindo, porém, salienta que até agora pouco tem sido feito para atender as demandas dos empresários.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Setor industrial em <u>Manaus</u> atinge o segundo maior faturamento do ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Indicadores da Suframa mostram que televisores e motos tiveram produção recorde.

Manaus - Em outubro, as empresas da **Zona Franca** de **Manaus** atingiram o segundo maior faturamento do ano, chegando a US\$ 34,2 bilhões. O resultado foi impulsionado principalmente pelos setores de Eletroeletrônicos, com o segmento de televisores de LCD, e de Duas Rodas, que teve produção recorde no período.

A geração de empregos segue a tendência de crescimento e está entre as maiores da série histórica dos indicadores da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, chegando a 125.409 postos em outubro, atrás somente do resultado atingido em setembro, quando foram geradas 126.191 vagas.

O setor de Eletroeletrônicos apresentou crescimento de 18,3% em outubro, na comparação com setembro. No acumulado do ano o segmento produziu aproximadamente 9 milhões de unidades de televisores de LCD e cerca de 20,5 milhões de telefones celulares. Outros produtos que merecem destaque são os receptores de sinal de televisão, que no acumulado do ano apresentam uma produção de 10,2 milhões de unidades e crescimento de 54,97%.

No Polo de Duas Rodas, a produção acumulada de motocicletas em 2011 chegou a 1,5 milhão de unidades. Outro segmento que teve destaque este ano, segundo relatório da **Suframa**, foi o de condicionador de ar do tipo Split. De janeiro a outubro foram produzidas 1,4 milhão de unidades, um crescimento de 87,21% na comparação com o mesmo período do ano passado.

“O **PIM** vem tendo um ano bastante positivo, com indicadores recordes. Devemos destacar, sobretudo, a excelente recuperação do Polo de Duas Rodas, que vem apresentando resultados semelhantes aos de 2008”, observa o **Superintendente** adjunto de projetos da **Suframa**, Oldemar lanck.

Outro indicador que deve ser destacado são os investimentos líquidos produtivos realizados pelas empresas do **PIM**, os quais, no período de janeiro a outubro de 2011, já chegaram ao montante de US\$ 10,9 bilhões.

Os maiores crescimentos relativos foram verificados na indústria de brinquedos, que registrou faturamento de US\$ 96.429 milhões e alta de 132,15%, e na indústria de beneficiamento de borracha, que faturou US\$ 3, 5 milhões e teve um crescimento de 102,72%.

Exportações

As exportações fecharam o período de janeiro a outubro com um montante de US\$ 694.463 milhões, registrando queda de 21,48% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. Apesar da diminuição na comparação entre os valores acumulados, o mês de outubro registrou US\$ 88.109 milhões em vendas externas, o melhor resultado do **PIM** neste ano e um crescimento de 8,18% em relação ao mês de outubro de 2010.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo aceita elevar contribuição para a previdência do funcionalismo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma aceita pagar mais para aprovar fundo dos servidores

Contribuição da União para previdência do funcionalismo subiria para 8%

Governo acredita que o novo sistema, que só valeria para quem fosse contratado após a sua sanção, zeraria o déficit

VALDO CRUZ

MARIA CLARA CABRAL

DE BRASÍLIA

O governo Dilma Rousseff aceita elevar a contribuição da União para o futuro fundo de previdência complementar dos servidores públicos a fim de aprovar o novo modelo de aposentadoria do setor.

Segundo a Folha apurou, acordo negociado com a equipe econômica prevê que a alíquota a ser paga pelo Tesouro e servidores iria dos 7,5% propostos originalmente pelo governo para 8%.

Líderes aliados envolvidos nas negociações alertaram o governo da possibilidade de o Congresso tentar aprovar uma alíquota mais alta, de 8,5%, um percentual defendido por petistas e pedetistas.

Apesar da resistência da área econômica, assessores presidenciais não descartam que Dilma acabe topando até a alíquota de 8,5% em troca da garantia de aprovação.

A votação do projeto, que cria o Funpresp (Fundo de Previdência Complementar do Serviço Público Federal), está agendada para amanhã na Câmara dos Deputados.

O **Ministério** da Fazenda era contra elevar a alíquota sob o argumento de que a economia com o novo modelo de

aposentadoria do setor público seria menor, mas foi levado a ceder diante do risco de inviabilizar sua aprovação.

Cálculos da Fazenda estimavam uma economia de R\$ 20 bilhões com a previdência do setor público, a partir de 2070, se o Congresso aprovasse a alíquota original de 7,5%. Os dados para um cenário de 8% não foram divulgados.

O estudo revela que as despesas da União com servidores aposentados civis são hoje de 0,45% do **PIB** e devem atingir 0,70% em 2030. A partir daí, se o projeto for aprovado, os gastos passariam a cair, sendo zerados em 2040.

A proposta valerá só para servidores que forem contratados após a sua aprovação. Ela muda o sistema atual, em que servidores se aposentam com salário integral com uma contribuição de 11% dos funcionários e de 22% da União.

No novo modelo, os servidores públicos teriam uma aposentadoria garantida até o teto de R\$ 3.691, similar ao do setor privado, com a manutenção das contribuições que existem hoje.

Para ganhar um benefício maior, os servidores teriam de aderir ao futuro fundo de previdência complementar: a contribuição da União e dos servidores seria calculada sobre o valor do salário que exceder o teto de R\$ 3.691.

O governo aceitou criar dois tipos de aposentadorias especiais, uma para funções de risco e outra para mulheres. Estas categorias poderão se aposentar mais cedo, garantindo um benefício igual ao das categorias que terão de se aposentar mais tard

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Código Florestal pode afetar obra urbana		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo analisará referência a bacias hidrográficas no texto antes da votação na Câmara

Luiza Damé

Isabel Braga

BRASÍLIA. Antes de o projeto do novo Código Florestal ser votado na Câmara dos Deputados, o **Governo Federal** vai avaliar se a proposta feita pelos senadores pode criar entraves para obras em regiões urbanas. Isso porque bacias hidrográficas ficam submetidas a análises ambientais, e isso pode causar dificuldades, por exemplo, para a realização de obras próximas ao Rio Tietê, em São Paulo. Caso considere que o texto pode criar problemas, o Executivo deverá pedir que esse trecho seja retirado na votação na Câmara.

O tema foi levantado ontem na reunião de coordenação pelo líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). A presidente Dilma Rousseff determinou que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reúna-se com o **Ministério** das Cidades para avaliar o impacto do texto aprovado no Senado em relação à questão urbana. De acordo com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, se for necessário, poderá ser feita uma supressão desse trecho na Câmara.

- Nas cidades, aquilo que já foi realizado em termos de obras que afetam o meio ambiente estaria consolidado. Agora, qualquer outra obra, por exemplo, na bacia hidrográfica do Tietê, no município de São Paulo, estaria submetida a uma avaliação do Conselho do Meio Ambiente, e isso poderia impedir a necessidade de andamento da execução de determinadas obras. Não é uma posição, é apenas uma preocupação que ainda vai ser avaliada com atenção - afirmou a ministra.

Para Vaccarezza, Código pode ser votado ainda este ano

Segundo Ideli, de um modo geral, o governo está satisfeito com o texto aprovado no Senado; porém, vai analisar com mais atenção a questão urbana. Na reunião, Vaccarezza defendeu que, por se tratar de um código da

área florestal, a questão urbana deveria ser tratada em projeto específico.

- Vamos olhar com atenção para termos uma posição, caso a Câmara faça a votação este ano - disse a ministra.

Vaccarezza acenou também com a possibilidade de votação do Código Florestal ainda este ano, porque os líderes acompanharam as negociações no Senado, e há um clima favorável à aprovação do projeto. Na semana passada, no entanto, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse que não há prazo hábil para votação do projeto até o fim deste ano, e o governo tem outras prioridades, como o Fundo de Pensão dos Servidores Federais (Funpresp), no plenário, e a Lei Geral da Copa de 2014, na comissão especial.

- O líder Vaccarezza deixou como possibilidade, dependendo das conversas com líderes da Câmara, podermos também encerrar a votação do Código Florestal, apesar de a presidente ter prorrogado o decreto até dia 11 de abril - disse Ideli.

A presidente Dilma prorrogou o decreto que impede a aplicação de multas e sanções a desmatadores e a produtores que não aderirem a programas de regularização ambiental. O prazo foi ampliado para dar tempo à votação do projeto do Código Florestal na Câmara.

- Se houver acordo entre os líderes, é possível votá-lo até o fim do ano. Claro que restam poucos dias de votação, mas, já que os líderes na Câmara acompanharam as tratativas, as negociações e os acordos no Senado, essa possibilidade existe. Estamos confiantes de que, se houver possibilidade, poderemos votar o Código Florestal - afirmou Ideli Salvatti.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Disputa pelo espólio musical		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

PEC com isenção fiscal ao mercado fonográfico será votada sob protesto da Zona Franca de Manaus

KARLA CORREIA

A Câmara deve concluir a votação sobre a PEC da Música sem solucionar o embate travado por conta do possível impacto da redução de tributos sobre a produção da Zona Franca de Manaus. A proposta de Emenda à Constituição dá isenção tributária a CDs e DVDs e mídias digitais de conteúdo nacional e deve ser votada hoje em segundo turno. Como pano de fundo do debate em torno da proposta, Amazonas e Rio de Janeiro se digladiam em torno da produção de CDs e DVDs no país. Deputados amazonenses contrários à PEC argumentam que a nova legislação pode gerar a perda de 30 mil empregos na Zona Franca.

O texto dá a CDs, DVDs e à venda pela internet de conteúdo artístico de autores brasileiros ou obras interpretadas por artistas brasileiros imunidade tributária sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) — mesmo tratamento dispensado aos livros. A isenção, que atingirá também downloads na internet e a venda de toques de celular em portais de telefonia móvel, garantiria uma redução de cerca de 25% nos custos de produção de CDs e DVDs de músicos brasileiros, nos cálculos de um dos autores da PEC, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ).

"A medida deve facilitar sobretudo a produção de artistas de pequeno porte, que não possuem o amparo de grandes gravadoras para divulgar seu trabalho", avalia a presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O forte apelo do tema deve levar hoje ao Congresso nomes como Francis Hime, Chico César, Sandra de Sá e Célia Porto para um ato público em defesa da PEC, marcado para às 15h30.

"Os artistas estão sendo enganados. Da forma que foi construída, a proposta apenas vai provocar o descontrole do governo sobre a produção de um segmento da indústria de cultura no país e, ao contrário do que se prega, vai acabar por estimular a pirataria", critica o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), um dos opositores mais ferrenhos da PEC.

Mão de obra

Isolada, a bancada amazonense prega que a imunidade tributária reduzirá a fiscalização sobre a produção das duas mídias. "Sem a previsão de arrecadação, os governos estaduais e municipais não investirão na fiscalização do segmento", argumenta Pauderney. "Essa PEC é uma tentativa de ressuscitar o Rio de Janeiro como polo nacional de produção de CDs, mas mesmo isso vai dar errado. Com a PEC, a produção poderá ser feita em quintais, em qualquer lugar do país e fora dele. Sem fiscalização, os CDs poderão ser feitos na China, onde a mão de obra é mais barata", diz o deputado.

"Trata-se de uma resistência muito localizada, lastreada pelo lobby das multinacionais que se instalaram na Zona Franca de Manaus", rebate Jandira Feghali. Segundo a deputada, a PEC preservou a Zona Franca ao ressaltar que a imunidade não valerá para a etapa de replicação industrial dos CDs e DVDs. Estaria mantida, dessa forma, a principal vantagem competitiva da região, que conta com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se for aprovada hoje, a proposta segue para o Senado.

Quatro projetos em 10 dias

O Palácio do Planalto pediu um esforço concentrado da base aliada para votar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), o Código Florestal, o Orçamento e a Lei Geral da Copa até o fim do ano. As prioridades foram apontadas durante reunião de coordenação política, ontem, no Palácio do Planalto. A última sessão no Congresso Nacional está marcada para 22 de dezembro, quando deputados e senadores votarão o Orçamento da União para 2012. A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, aproveitou o encontro para agradecer as "vitórias" da semana passado no Congresso — regulamentação da Emenda 29 e primeiro turno da DRU. O Planalto ainda voltou a defender o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, das denúncias em torno da atuação de sua empresa de consultoria, a P21. Segundo Ideli, os serviços foram prestados por PIMentel quando ele não ocupava cargo público.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Faturamento do Polo Industrial de <u>Manaus</u> chega a US\$ 34,287 bilhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Todos os 21 subsetores do PIM apresentaram alta no faturamento.

Exportações fecharam período com montante de US\$ 694.463 milhões.

O Polo Industrial de Manaus (PIM) fechou os dez meses de 2011 com um faturamento global de US\$ 34,287 bilhões. O montante representa um crescimento de 20,16% em relação ao mesmo período do ano passado. No mês de outubro, o faturamento das indústrias do PIM foi de US\$ 3.677 bilhões - valor inferior apenas ao arrecadado no mês de agosto (US\$ 3.929 bilhões).

Os dados do Relatório de Desempenho do PIM, divulgados nesta segunda-feira (12) pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), demonstram comportamento gradativo do faturamento do Polo.

“O Polo Industrial de Manaus vem tendo um ano bastante positivo, com indicadores recordes de faturamento, empregos e investimentos produtivos. Devemos destacar, sobretudo, a excelente recuperação do Polo de Duas Rodas, que vem apresentando resultados semelhantes a 2008, ano em que teve o melhor desempenho em produção e vendas em sua trajetória no PIM”, disse o Superintendente adjunto de Projetos da SUFRAMA, Oldemar Ianck.

Segundo o relatório, todos os 21 subsetores industriais do PIM pesquisados mensalmente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) apresentaram alta no faturamento obtido até outubro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Os maiores destaques foram o segmento Eletroeletrônico, que no balanço de janeiro a outubro registrou faturamento de US\$ 15.121 bilhões e crescimento de 18,33%, e o polo de Duas Rodas, com faturamento de US\$ 7.402 bilhões e crescimento de 27,49%.

O relatório aponta ainda que os maiores crescimentos relativos foram verificados nas indústrias de brinquedos. O setor registrou faturamento de US\$ 96.429 milhões e alta de 132,15%, e de beneficiamento de borracha, que faturaram US\$ 3.512 milhões e tiveram um crescimento de 102,72%.

Polos Eletroeletrônico e de Duas Rodas

No período de janeiro a outubro de 2011, o PIM fabricou aproximadamente nove milhões de unidades de televisores com tela de cristal líquido (LCD). O crescimento foi de 36,22% em relação ao mesmo período de 2010, e cerca de 20,5 milhões de unidades de telefones celulares, o que equivale a um crescimento de 23,92% no mesmo intervalo. Motocicletas, com mais de 1,5 milhão de unidades produzidas, e bicicletas, com 686 mil unidades, também registraram crescimentos de 20,99% e 33,03%, respectivamente.

Exportações

As exportações fecharam o período de janeiro a outubro com um montante de US\$ 694.463 milhões, registrando queda de 21,48% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. Apesar da diminuição na comparação entre os valores acumulados, o mês de outubro registrou US\$ 88.109 milhões em vendas externas, o melhor resultado do PIM neste ano e um crescimento de 8,18% em relação ao mês de outubro de 2010.

Emprego

Em outubro, o Polo Industrial de Manaus registrou uma mão de obra empregada de 125.409 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados. De acordo com a Suframa, o resultado é inferior apenas ao número contabilizado de 126.191 trabalhadores no mês de setembro.

Com os dados do mês de outubro, a média mensal de empregos em 2011 passou a ser de 118.842 trabalhadores, o que indica que o polo está gerando neste ano, em média, aproximadamente quinze mil postos de trabalho a mais do que no ano passado.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Renúncia fiscal em alta traz riscos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo podem superar R\$ 40 bilhões em 2012 e se tornar obstáculos para uma queda mais forte dos juros. Somente a renúncia fiscal referente à nova política industrial — o programa Brasil Maior — deve ficar em R\$ 26,4 bilhões. Na semana passada, o governo anunciou medidas de estímulo ao consumo, ao crédito e à devolução de receita aos exportadores

Desonerações podem somar R\$ 42 bi em 2012

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

As desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo podem superar R\$ 40 bilhões em 2012, colocando um desafio a mais para o cumprimento da meta de superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e podendo se tornar um obstáculo para quedas mais fortes dos juros. Apenas a renúncia fiscal referente à nova política industrial - o Programa Brasil Maior - deve ficar na casa de R\$ 26,4 bilhões. Na semana passada, o governo anunciou medidas de estímulo ao consumo e ao crédito e também a devolução de receita aos exportadores.

Um levantamento amplo e detalhado do Credit Suisse indica que as desonerações e incentivos fiscais podem chegar a R\$ 42,1 bilhões em 2012, mais do que o dobro dos R\$ 17,2 bilhões projetados para este ano. Na conta, estão incluídos R\$ 12 bilhões referentes à equalização da taxa de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**), que financia a compra de bens de capital. Outras estimativas um pouco menos amplas apontam renúncias fiscais na casa de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões, e não consideram o PSI.

Nas estimativas do economista-chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira, as medidas relacionadas ao Programa Brasil Maior terão custo de aproximadamente R\$ 26,4 bilhões, dos quais R\$ 7,7 bilhões referentes à devolução de créditos tributários do PIS/Cofins para investimentos e compra de bens de capital e R\$ 4,8 bilhões da ampliação do Simples Nacional.

Ele inclui aí R\$ 5,2 bilhões referentes ao Reintegra, que prevê a devolução de 3% do valor exportado. Alguns

analistas avaliam que o programa vai custar R\$ 4,4 bilhões, com base no que foi anunciado há duas semanas pelo Ministério da Fazenda, que trouxe também a desoneração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito para a pessoa física e desoneração para eletrodomésticos da linha branca.

Outra medida do Brasil Maior é a desoneração de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos, que pode custar R\$ 4,3 bilhões. Essa iniciativa, nota Teixeira, é uma reedição de medidas tomadas anteriormente, em 2008 e 2009.

"Os programas adotados pelo governo no segundo semestre deste ano elevaram bastante os estímulos tributários nos próximos anos", diz Teixeira, para quem novas medidas de desoneração tributária podem surgir nos próximos meses, dependendo da evolução da atividade econômica.

Se a economia continuar a patinar, reduções de impostos para outros setores tendem a ser adotadas, avalia ele. Outra opção é prorrogar as medidas já anunciadas - a desoneração tributária para a linha branca, por exemplo, tem prazo até março. Em 2009, as desonerações tributárias - como a redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos e material de construção - custaram R\$ 24,9 bilhões aos cofres do Governo Federal.

Para Teixeira, se houver um uso muito intenso desse expediente de desonerações tributárias e incentivos fiscais, o espaço para cortes mais agressivos dos juros pode diminuir. "O risco, mais uma vez, é que não se possa levar os juros para níveis mais baixos", afirma ele, observando que estímulos fiscais em excesso podem tomar o lugar de uma política monetária mais expansionista. Ele trabalha hoje com mais quatro reduções de 0,5 ponto percentual da Selic, o que levaria a taxa a 9% ao ano.

E o efeito sobre a atividade é positivo? "O desempenho da indústria em 2008 e 2009 sugere que os setores beneficiados tiveram desempenho não muito diferente dos setores não beneficiados", diz Teixeira. A única ressalva, segundo ele, seria o setor de veículos.

O economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria Integrada, também vê esse risco. "Se quer que o BC solte a

política monetária, o governo não deve relaxar muito a política fiscal." Ele trabalha com uma renúncia fiscal na casa de R\$ 35 bilhões, numa conta que não inclui os custos de equalização dos juros do PSI.

Outro risco apontado pelos analistas é que desonerações muito gordas afetem o cumprimento da meta de superávit primário, num cenário em que haverá forte aumento de despesas vinculadas ao reajuste de cerca de 14% do salário mínimo e há expectativa de aceleração dos investimentos. O economista Mansueto Almeida, que projeta renúncias fiscais de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões, estima um superávit de 2,6% a 2,7% do **PIB**, enquanto Salto projeta 2,6% do **PIB**. Se não fossem as medidas de desoneração tributária anunciadas pelo governo há duas semanas, ele teria uma projeção de 2,8% do **PIB**.

Como Teixeira, Almeida também acredita que outras medidas de redução de tributos virão nos próximos meses. "O governo está preocupado com a desaceleração da atividade, especialmente na indústria, que tem sofrido com o câmbio valorizado e aumento de custos de mão de obra", diz. Para ele, o melhor instrumento fiscal é a elevação do investimento e

o pior, a alta dos gastos de custeio - em 2008/2009, o governo expandiu principalmente os últimos, que têm como inconveniente não poderem ser revertidos depois.

Já as desonerações tributárias são mais positivas do que a queda de juros, avalia Almeida, que, no entanto, vê com reservas o fato de o governo escolher setores específicos - o melhor são medidas que beneficiam todos os segmentos, e não apenas os escolhidos pelo governo.

Teixeira acredita no cumprimento da meta "cheia" de superávit primário, dada a expectativa de que o governo levante volume expressivo de receitas não tributárias, como as referentes às concessões de aeroportos (R\$ 3 bilhões) e a licitação da banda 4G de telefonia celular (R\$ 5 bilhões). O pagamento de dividendos de estatais ao Tesouro pode chegar a R\$ 16,3 bilhões, nas estimativas do banco.

Procurado, o **Ministério** da Fazenda não comentou os cálculos de desoneração tributária.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Novo IPI para carros chega sem 'compensações'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Marli Olmos e Sérgio Leo | De São Paulo e Brasília

A partir de sexta-feira, entra em vigor o decreto que eleva em 30 pontos percentuais o IPI dos veículos produzidos no Brasil que não atingirem conteúdo nacional mínimo de 65%. O governo não conseguiu, no entanto, concluir negociações com a indústria para ajustar a tempo questões importantes atreladas a essa medida.

Entre as pendências, falta escolher o mecanismo de transição para os novos investidores, que planejam começar a produzir, mas ainda não alcançaram o conteúdo nacional exigido. Os dois **Ministérios** envolvidos - Fazenda e **Desenvolvimento** - tentam fechar as brechas para que as empresas com planos de investimento no Brasil cumpram as promessas de aumento de conteúdo local e não sejam obrigadas a pagar o IPI com alta de 30 pontos percentuais.

O governo teme a repetição de casos como o da extinta Asia Motors, a montadora coreana que aproveitou o regime automotivo no governo de Fernando Henrique Cardoso para **importar** com benefícios fiscais em troca da promessa, não cumprida, de erguer uma fábrica na Bahia.

Nos últimos dias, o ministro Fernando **PIM**entel, do **Desenvolvimento**, teve encontros com todas as empresas que querem construir no país. Os representantes das chinesas Chery e Jac Motors, da japonesa Suzuki e da alemã BMW estiveram, separadamente, em seu gabinete com propostas que não receberam resposta.

Segundo fontes do setor privado, as equipes da Fazenda e do **Desenvolvimento** não conseguiram entrar em acordo. A Fazenda estaria menos disposta à flexibilidade, segundo fontes das montadoras. Um integrante da equipe do governo diz, porém, que os dois ministros concordaram em deixar para o **Desenvolvimento** a formatação das novas regras.

"Tínhamos visões diferentes; não temos mais", destaca a secretária de **Desenvolvimento** da **Produção**, do **Ministério do Desenvolvimento**, Heloísa Menezes. Uma reunião prevista para quarta-feira, com empresários do setor, deve ser cancelada para permitir aos técnicos dos dois **Ministérios**

avançar no trabalho. "Estamos discutindo alternativas que compatibilizem esse interesse em produzir no Brasil com o prazo necessário para isso", diz a secretária. "Projetos assim não se viabilizam em seis meses."

As montadoras já instaladas no país aplaudem as medidas protecionistas e, se no passado a redução de impostos era reivindicação constante, hoje o setor se contenta em ver o governo elevar a tributação dos concorrentes **importados**. "Não há negociação [para reduzir impostos] porque não vemos necessidade disso. O governo precisa de caixa e não vai abrir a mão da possibilidade de obter equilíbrio fiscal", disse recentemente o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Cledorvino Belini.

O governo também terá que lidar, ainda, com a mobilização das empresas que **importam** automóveis e não têm planos de produzir no país. A associação que representa esse grupo, a Abeiva, foi buscar a ajuda da Barral M Jorge Consultores Associados, uma consultoria especializada em relações governamentais que pertence ao ex-ministro do **Desenvolvimento**, **Miguel Jorge**, e o ex-secretário de **Comércio** exterior, Welber Barral.

A associação não obteve, no entanto, progresso nas propostas de flexibilização do aumento de IPI por meio de **importações** autorizadas. O grupo se muniu de dados que mostram o aumento das **importações** das montadoras ligadas à Anfavea de veículos do México e Argentina, isentos do aumento do IPI em razão dos acordos bilaterais entre governos. Na comparação entre agosto e novembro, a participação das **importações** de empresas ligadas à Anfavea aumentou de 17,05% para 22,30%, segundo **importadores**.

Nos bastidores, as marcas que se mobilizam contra o aumento do IPI contam com a ajuda de governadores do Nordeste interessados em atrair as futuras fábricas. Os governadores da Bahia, Jacques Wagner, e de Pernambuco, Eduardo Campos, fizeram um pacto para pressionar o governo por maior flexibilidade para empresas interessadas em abrir instalações nesses Estados.

Tanto Wagner quanto Campos cobram da presidente Dilma Rousseff uma política de "recorte **regional**" e

argumentam que, das 49 fábricas instaladas no país, 46 estão no Sul e no Sudeste e só duas no Nordeste. Na semana passada, o governador baiano voltou a tocar no assunto com a presidente.

Independentemente das medidas do governo nos próximos dias, a mobilização no setor vai prosseguir em várias frentes. Sob o comando do Sindipeças, a indústria de autopeças continuará questionando a regra de conteúdo local.

Já as montadoras que produzem no Brasil e evocam seus programas de investimentos que somam US\$ 22 bilhões até 2015, deverão, nos bastidores das negociações com os técnicos do governo, apelar para todas as ferramentas para justificar pedido de proteção. Entre as mais fortes, aparece um cálculo mostrando como a valorização do real consegue eliminar a proteção do Imposto de Importação.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Governo insiste em <u>PIB</u> de 5% em 2012, mas <u>mercado</u> desconfia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A possibilidade de crescimento em torno de 5% no próximo ano, como deseja o governo, vem sendo questionada por organismos como a OCDE, que ontem divulgou um índice de desaceleração que mostra o Brasil como o segundo pior entre 34 países. Já a agência Fitch diminuiu para 3,2% a expansão da economia em 2012. O governo, no entanto, segue otimista. Aposto no mercado interno e na queda dos juros para crescer forte.

Discussão sobre o PIB de 2012 separa governo e mercado

Enquanto estimativa oficial é avançar 5% no próximo ano, bancos trabalham com crescimento inferior à casa dos 4%

Rafael Abrantes

Novos dados divulgados ontem geram dúvidas sobre a capacidade da economia brasileira retomar o crescimento no curto prazo, contrariando estimativas da equipe econômica do governo da presidente Dilma Rousseff.

Segundo indicadores da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do país neste ano se manteve entre os mais fracos em comparação com outros países da zona do euro e parceiros emergentes.

Levantamento da organização, que antecede o ritmo de crescimento das economias em relação às tendências de longo prazo, mostra uma atividade econômica no país abaixo da tendência em outubro, com 94,2 pontos. O indicador brasileiro já registrava recuos consecutivos nos últimos seis meses e queda de 7,9% se comparado com outubro de 2010. O baixo desempenho do Brasil em 2011 só é superado pelo da Índia, com 93,1 pontos registrados em outubro, e recuo de 8,7% nos últimos doze meses. A base do indicador para projeções de crescimento ou desaceleração das economias é cem pontos. Ou seja, a projeção para o país é de desaceleração.

E o quadro não é pessimista apenas para o Brasil. Sob as turbulências da crise da dívida, a zona do euro mostrou ritmo negativo de 5,1% entre outubro deste ano e mesmo

período do ano passado, ao marcar 98,5 pontos. Foi o nono recuo seguido da série para os seus 17 países-membros.

Os dados da organização contrapõem as chances apresentadas pelo governo de o país crescer 5% no ano que vem - e próximo de 3% em 2011. "Nós certamente vamos ter uma taxa de crescimento do PIB para este ano em torno de 3%", afirmou ontem o diretor de Política Econômica do Banco Central, Carlos Hamilton Araújo.

Um resultado, segundo ele, bastante importante e que precisa ser comemorado, devido aos problemas enfrentados no cenário externo.

Apesar dos desequilíbrios de parceiros lá fora, são medidas internas do país que podem abalar as novas projeções de crescimento do PIB nacional, acreditam analistas.

Para Jason Vieira, da Cruzeiro do Sul Corretora, a aplicação exagerada de medidas macroprudenciais - restrições ao crédito - pelo governo no início deste ano foi a principal responsável pela estagnação da economia no terceiro trimestre. "Não podemos mais nos subjugar ao fantasma inflacionário". Ele acredita em uma reação da atividade a partir do ano que vem - considerando as recentes renúncias fiscais - mas vê um ritmo mais forte do PIB apenas em 2013. "O que nos levaria a um novo ciclo de aumento do juros contra a inflação".

As projeções de melhora da economia são mais evidentes para Flávio Serrano, economista do Espírito Santo Investment Bank. "Os indicadores de novembro já devem ter uma recuperação considerável". Ele aponta uma recuperação mais modesta no quarto trimestre deste ano - entre 0% e 0,5% - seguida de um crescimento anual de 4% no primeiro trimestre de 2012. A taxa de crescimento prevista pelo banco é de 2,9% em 2011 e de 3,5% no ano que vem. "Teremos bases para esta recuperação, com taxas de juros reais próximas de 4% e incentivos fiscais", diz o economista.

OCDE EM FOCO

Os 34 países-membros da OCDE tiveram recuo de 1,9% na economia entre outubro de 2011 e mesmo período em 2010.

Itália e Alemanha registraram quedas anuais de 7% e 6,6%, respectivamente. As maiores depois de Índia e Brasil.

Estados Unidos reduziram quedas do **PIB** entre julho e outubro, mas perspectiva ainda é de desaceleração no longo prazo.

China conseguiu manter indicador acima dos 100 pontos em outubro, sem variação ante setembro.

Levantamento da OCDE, que antecede o ritmo de crescimento em relação ao longo prazo, mostra atividade econômica abaixo da tendência em outubro, com 94,2 pontos.

Uso exagerado de restrições ao crédito pelo governo no início do ano foi o maior vilão da estagnação da economia vista no terceiro trimestre, dizem analistas.

As projeções de melhora da economia são mais evidentes para Flávio Serrano, economista do Espírito Santo Investment Bank. O analista diz que a recuperação está em curso.

“Crescer 3% em 2012 exigirá muita reza e torcida”

Luciano Feltrin

Julio Gomes de Almeida, economista do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (IEDI), acredita que o país só conseguirá crescer 3% no próximo ano se lançar mão dos diversos instrumentos de estímulo à economia de que dispõe. “Quem crê nesse patamar de crescimento aposta que o governo vai acertar a dose do medicamento, como fez em 2008. É um misto de análise, torcida e reza, pois começamos o ano do zero, partindo de dois trimestres muito fracos”.

Para Almeida, as principais ferramentas do governo para estimular a economia são, pelo lado do maior acesso ao crédito, a ampliação dos depósitos compulsórios, o fortalecimento dos bancos e agências públicas de fomento e novas rodadas de redução de juros pelo Banco Central. “O governo pode também investir mais em infraestrutura, já que motivos não faltam”.

Fazenda quer reeditar arsenal usado em 2008

O uso desses recursos, somado ao dinheiro que o aumento do salário mínimo injetará na economia no início do ano, deve ajudar o governo a estimular o consumo interno e a demanda, prevê.

Movido por esse crescimento e pelo aumento do **comércio** entre as nações emergentes, o país pode crescer até mais que 3% em 2012, acredita Evaldo Alves, professor de **comércio** exterior da FGV. “Claro que vai haver queda de

vendas para a Europa, mas o fluxo de **comércio** entre **Brasil** e Índia, China, Coreia e até mesmo África pode sustentar nosso crescimento. Ainda que a China tenha um crescimento menor”.

Fazenda quer reeditar arsenal usado em 2008

Discurso da equipe econômica é de que há muito espaço do lado monetário para ajudar a impulsionar a economia brasileira

Simone Cavalcanti

Se a calibragem entre o controle da inflação e o crescimento mais robusto da economia já é uma tarefa árdua em condições normais de temperatura e pressão, o que se dirá em uma conjuntura externa incerta como a atual? Mesmo assim, o clima de segurança - e por que não de otimismo - é dominante entre os técnicos da equipe econômica que não arredam o pé das suas projeções oficiais para 2012 com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) rondando a meta de 4,5% e um Produto Interno Bruto (**PIB**) bem mais forte do que o deste ano, por volta de 5%.

A projeção para a expansão do nível de atividade é superior a da maioria dos analistas, como Sérgio Werlang, do ItaúUnibanco, e de Marcelo Toledo, do Bradesco, que estimam alta entre 3,5% e 3,7%, respectivamente no próximo ano. “Nós temos a possibilidade de aceleração do crescimento revertendo os instrumentos que pusemos em funcionamento nesse período”, afirma o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

E é justamente o “know how” adquirido com as ações que foram postas em prática entre 2008 e 2010, na primeira fase da crise internacional e que resultaram na maior expansão anual em 20 anos, de 7,5%, a aposta do governo.

À época, a preocupação foi estimular o consumo doméstico com desonerações pontuais mas de grande impacto na economia e em suprir a falta de recursos externos tanto via oferta de reservas internacionais aos **exportadores** como por meio dos bancos públicos. “Temos o mesmo arsenal do passado. As medidas vão sendo tomadas de modo cirúrgico, seguindo o gradualismo para ver a reação”, diz uma fonte de alto escalão do governo.

No caso atual, há mais um elemento positivo na comparação com o passado recente: a relação entre o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é muito azeitada.

É nesse aspecto, diferentemente do que ocorria com o antecessor Henrique Meirelles, que todas as medidas tomadas de decisão agora são consensuais e afinadas. A maior contenção fiscal, principalmente neste ano, abriu espaço para as reduções da taxa básica de juros, a Selic. Afinal, o plano de governo da presidente Dilma Rousseff, que foi elaborado com a colaboração do secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, projeta um juro real (descontado o IPCA) menor do que 4% em 2014.

O entrosamento nesse sentido leva todos ao discurso de que ainda há muito espaço do lado monetário para ajudar a alavancar a economia. “Muitos instrumentos monetários, mas também fiscais, podem se repetir. A dosagem é que será variada”, afirma o integrante do governo, ressaltando que os estímulos unidos a um ritmo maior de investimentos públicos previstos para 2012 é que os faz acreditar ser possível retomar a taxa de crescimento do **PIB** ao ritmo sustentável de 5%, sem gerar pressão inflacionária. “A força dos investimentos, do emprego e do consumo, garantirão ao **Brasil** crescimento acima da média mundial entre 2012 e 2014”, garante outro técnico.

Ajuda cambial

Mas algumas variáveis mudaram nesse período.

Atualmente, os estímulos ao consumo podem fazer efeito menor do que o registrado em 2010, simplesmente porque a população está sendo suprida por muitos produtos

importados em detrimento da **produção** industrial nacional. No entanto, a avaliação da área econômica é de que as perspectivas para a taxa de câmbio são bem melhores atualmente, pois não indicam valorização excessiva do real frente ao **dólar** como ocorria há dois anos. Internamente discute-se uma variação para a taxa entre R\$ 1,70 e R\$ 1,80.

Com isso, o ingresso de bens de outras nacionalidades pode, se não arrefecer, ao menos parar de crescer. E do lado externo, ser mais favorável aos **exportadores** que devem aproveitar a diversificação de **mercados** para colocar seus produtos. Essas duas pontas, avaliam, podem voltar a estimular a indústria a produzir.

Câmbio favorável

Governo trabalha com **dólar entre R\$ 1,70 e R\$ 1,80**

Em queda

Governo projeta um juro real (descontado o IPCA) menor que 4% em 2014